

ROTEIROS CULTURAIS DA MIGRAÇÃO ITALIANA: MUSEUS MEMORIAIS AO AR LIVRE

Pedro de Alcântara Bittencourt César

Daniela Caon

Jéssica de Souza Monteiro

Michele Zorzi Baptista

Raquel Marcon

Universidade de Caxias do Sul - Brasil

Resumo

Analisa-se a formação dos roteiros culturais e sua definição como museus memoriais. O estudo faz um recorte na região da Serra Gaúcha. Área no nordeste do estado do Rio Grande do Sul, ao sul do Brasil, configura-se como de migração italiana desde o final do século XIX, quando sua ocupação foi oriunda de um grande projeto de planejamento e ocupação regional. Embora situada em áreas anteriormente ocupadas, seu processo de formação histórico-espacial é marcado por certo isolamento, caracterizando-se como região cultural. Atualmente, muito de suas localidades posicionam-se como produtos culturais com possibilidade de visitação, criando referências da memória da colonização italiana. Encontram-se características de museus ao ar-livre, em seus roteiros. Neles, são oferecidos testemunhos materiais e imateriais na definição de uma “memória da migração italiana” como recurso desses caminhos histórico-arquitetônicos. Desses, analisam-se os desenvolvidos em Antonio Prado (em sua área urbana), em Bento Gonçalves (no Vale dos Vinhedos) e em Flores da Cunha (denominado de Caminhos da Colônia). Neles, foram analisados a relação temporal entre a história do legado italiano, a produção como referência migratória e sua apresentação como objeto de visitação cultural, nos dias atuais. Suas propostas, embora agreguem potencialidade de interpretação e ambientação histórica, são pouco exploradas. Define-se, entretanto, uma paisagem cultural típica para a visitação da reprodução dos povos itálicos na América do Sul.

Palavras-Chave: Memória da imigração. Roteiros culturais. Museus. Identidade

ITINERARIOS CULTURALES DE LA INMIGRACIÓN ITALIANA: MUSEOS DE LA MEMORIA AL AIRE LIBRE

Resumen

En este documento se analiza la formación de los itinerarios culturales y su definición como museos de la memoria. El estudio hace un paréntesis en la región de *Serra Gaúcha*, en el área del Noreste del Estado de *Río Grande do Sul*, al sur de Brasil, modelada por la inmigración italiana desde fines del siglo XIX en base a una ocupación generada por un gran proyecto de planeamiento y establecimiento regional. A pesar de estar situada en áreas anteriormente ocupadas, su proceso de formación histórico-espacial está marcado por cierto aislamiento que la caracteriza como región cultural

definida. En la actualidad, muchas localidades de la región se posicionan como áreas culturales, dignas de ser de ser visitadas debido a sus referencias a la memoria de la colonización italiana. En los diferentes itinerarios se encuentran características especiales de los museos al aire libre. Se observan allí testimonios materiales e inmateriales de una “memoria de la inmigración italiana” que permite recuperar caminos histórico-arquitectónicos, donde se analizan los desarrollos de Antonio Prado (en su área urbana), Bento Gonçalves (en el Valle de los Viñedos) y Flores da Cunha (en los denominados Caminos de la Colonia) y la relación temporal que existe entre la historia del legado italiano, la producción como referencia migratoria y la presentación actual para la visita cultural. Si bien las propuestas son aún poco exploradas, agregan potencialidades y ambientaciones históricas. Entretanto, se ha logrado definir un paisaje cultural típico para una visita que reproduce los pueblos italianos en América del Sur.

Palabras clave: Memoria de la inmigración. Itinerarios culturales. Museos. Identidad.

CULTURAL ITINERARIES OF ITALIAN IMMIGRATION: OPEN AIR MUSEUMS OF MEMORY

Abstract

In this document we will analyze the creation of cultural itineraries and their definition as museums of memory. The survey opens a parenthesis in Serra Gaúcha, Northeastern area of the State of Rio Grande do Sul, South of Brazil, moulded by the Italian immigration since the end of the XIXth century, whose main occupation stemmed from a huge planning and regional occupation project. Located in previously occupied areas, its process of historical-spatial creation is signed by certain isolation which characterizes it as a cultural region. Currently, many of its cities have become cultural areas with possibilities of being visited for their references to the memory of the Italian colonization. The special characteristics of the open air museums can be found in the different itineraries, where it is possible to discover material and immaterial testimonies of the “memory of the Italian immigration”, which allows for the recovery of historical-architectural roads. Along these, the developments of Antonio Prado (in the urban area), Bento Gonçalves (in the Vineyard Valley) and Flores da Cunha (called Roads of the Colony) are analyzed, as well as the temporal relationship between the history of the Italian legacy, the production as migratory reference and, nowadays, their presentation as cultural visits. The proposals have not been thoroughly explored yet, in spite of the fact that they add potentialities and historical settings. Meanwhile, it is possible to define a typical cultural landscape for a visit that reproduces the Italian villages in South America.

Key words: Memory of immigration. Cultural itineraries. Museums. Identity.

ROTEIROS CULTURAIS DA MIGRAÇÃO ITALIANA: MUSEUS MEMORIAIS AO AR LIVRE

Pedro de Alcântara Bittencourt César

Daniela Caon

Jéssica de Souza Monteiro

Michele Zorzi Baptista

Raquel Marcon

Universidade de Caxias do Sul - Brasil

Contextos Iniciais

De acordo com Haesbaert (1999, p.170), “Num mundo em crise de valores e de sentido como é o nosso, a questão da identidade volta ao centro das atenções”. Não está em questão a lógica de formação nacional e nem a de distinção de momentos específicos. Sua formação remete a uma mediação espacial que definem valores simbólicos ao território. Esses valores específicos identificam as relações sociais da acumulação de capital.

As relações sociais são identificadas por valores específicos, da acumulação de capital. Afinal, as sociedades, mesmo as mais remotas, encontram-se globalmente mercantilizadas. Nelas a primazia das relações e dos valores sociais está vinculada à acumulação de capital por sua formação sócio-espacial. Além disso, a identidade também pode ressurgir como uma forma, consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização. A identidade social é mobilizada e mobiliza um poder simbólico (BOURDIEU, 2003).

Agrega-se à identidade social a questão política que identifica a uma sociedade outros valores, como os ambientais, entre outros, configurando áreas naturais, além das urbanas e agrárias que colaboram para a compreensão visual de seu reconhecimento social. Todos esses são estatutos que reforçam, concomitantemente, uma “questão cultural, carregados de simbolismo na construção de uma identidade nacional, regional e/ou local (ou até mesmo “mundial”, no caso dos “patrimônios da humanidade”)” (HAESBAERT, 1999, p.181).

Sua relação se estabelece nas mediações entre a economia e a cultura. Se, no momento anterior, o conceito de cultura esteve à margem, agregado de valores do campo das ideologias, superstições, figuras, espíritos, a este, apropria-se pelos meios de produção, onde no:

(...) processo de globalização sugere simultaneamente duas imagens da cultura. A primeira imagem pressupõe a extensão de uma determinada cultura até seu limite global. As culturas heterogêneas tornam-se incorporadas e integradas a uma cultura dominante, que a uma cultura dominante, que acaba de cobrir o mundo inteiro. A segunda imagem aponta para a compreensão das culturas. Coisas que eram mantidas separadas são, agora, colocadas em contato em justaposição. As culturas se acumulam uma sobre as outras, se empilham, sem princípios óbvios de organização (FEATHERSTONE, 1997, p.21).

Os meios de produção assumem valores culturais. Entretanto, fragmentam o processo e definem representações espaciais pela necessidade de reconstruções de identidades em fragmentos das cidades, justificadas em

trechos que compreendem sua totalidade, em trajetos constantes desta continuidade para a sua compreensão. O patrimônio público torna-se norteador desta relação.

Vive-se numa sociedade de consumo. Tal valor faz compreender que a lógica de consumo não se refere somente a um reflexo da produção. Nela destaca-se um maior envolvimento dos bens culturais enquanto mercadoria. Esses definem e reproduzem o modo pelo qual a maioria das atividades sócio-culturais se estabelece. O consumo torna-se aspecto inerente da sociedade, parte de seus aspectos culturais, por outros ícones culturais, como a arte, a paisagem cultural torna-se objeto de consumo. “As principais características da sociedade de consumo – a fragmentação e a superprodução da cultura – são freqüentemente consideradas” como indicadores (FEATHERSTONE, 1997, p.110).

Se, por um lado, “as culturas nacionais têm surgido habitualmente junto com os processos de formação do Estado, nos quais os especialistas culturais reinventam tradições, voltaram a moldar e renovaram a essência ética do povo” tendo definidos também, recentemente em suas “lógicas globais por fluxo de pessoas em escala mundial, da tecnologia, de relação financeira, imagem e informação” (FEATHERSTONE, 1997, p.126-7), por outro a ascensão do homem, como sujeito do espaço cotidiano justifica pelos seus valores constituídos.

O Conceito que referencia a cultura de um espaço relativamente pequeno, relacionado aos hábitos e relacionamentos diários, do contato pessoal, natureza assumida, habitual e repetitiva da cultura cotidiana. Nela, os indivíduos têm um domínio prático (BOURDIEU, 2003), incorporando rituais, símbolos e cerimônias que ligam as pessoas a um lugar e a um sentido comum do passado. Dá-se o senso de pertença às experiências comuns sedimentadas e às formas culturais que são associadas a um lugar, fundamentando o conceito de uma cultura local. As caracterizações específicas de um local o identificam, definindo suas representações espaciais. “Na cultura local é enfatizada a própria identidade” (FEATHERSTONE, 1997, p.153).

Tem-se argumentado que o turista está sendo substituído por visitantes mais sofisticados que buscam ter uma variedade de experiências. Desta forma, nota-se que, freqüentemente, a população local torna-se parte na autenticidade encenada para turistas. Agrega e concede-se o “privilégio de percorrer a localidade operante, viva, em que os moradores representam para eles.” (FEATHERSTONE, 1997, p.166).

Pela ótica do visitado têm-se o envolvimento nas novas relações definidas. Entretanto, essa mobilidade reafirma outros valores. “A viagem tem sido vista muitas vezes como algo que ajuda a descentralizar as categorias habituais, uma forma de jogar com a desordem cultural, algo que também pode ser encontrado na teoria pós-moderna” (FEATHERSTONE, 1997, p.175).

O contato tem a característica do efêmero, de forma constante. Dele, desenvolvem-se fluxos de informação e reelabora-se toda uma nova base físico-territorial possibilitando o encontro. O local se faz pela perspectiva da dimensão global onde valores condicionam a formação do turismo com apelo cultural.

A viagem está estreitamente ligada ao conceito de modernidade. “As viagens renascentistas que ocorreram desde o século XVI possibilitaram aos europeus entrar em contato com pessoas de diferentes etnicidades e encorajaram-nos a estabelecer comparações entre eles e outros.” (FEYERABEND, 1977, p.204).

Método e procedimentos metodológicos

Sabe-se que “algumas das mais importantes propriedades formais de uma teoria manifestam-se por contraste e não por força de análise” (FEYERABEND, 1977, p.40). Assim, não podemos descobrir o mundo a partir de dentro.

As análises são conduzidas a partir de referencial da Arquitetura, do Turismo e do Planejamento Urbano. Espera-se refletir acerca dos processos espaciais que definem os roteiros culturais como locais privilegiados para um reconhecimento das práticas culturais reconhecendo valores da Museologia em sua lógica. Afinal, têm-se objetos e sujeitos constituídos adotados nos campos disciplinares.

Há a necessidade de um padrão de crítica: precisamos de um conjunto de pressupostos alternativos ou – uma vez que esses pressupostos serão mais geria, fazendo surgir, por assim dizer, todo um mundo alternativo – *necessitamos de um mundo imaginário para descobrir os traços do mundo real que supomos habitar* (e que talvez, em realidade não passe de outro mundo imaginário). A primeira fase da crítica que dirigiremos contra os conceitos e processos comuns, o primeiro passo na crítica aos ‘fatos’ há de consistir, portanto, em uma tentativa de romper o círculo vicioso (FEYERABEND, 1977, p.42-3).

Afinal, as mudanças científicas se definem por contraste com o estabelecido. Embora se adotem conceitos e teorias, sabe-se que “nenhuma teoria está em concordância com todos os *fatos* de seu domínio, circunstância nem sempre imputável à teoria” (FEYERABEND, 1977, p.77). Sem ‘caos’ não há conhecimento.

Temos, portanto, de concluir que, *mesmo no campo da ciência*, não se pode permitir que a razão seja exclusiva, devendo ela, freqüentes vezes, ser posta de parte ou eliminada em prol de outras entidades. Não há uma só regra que seja válida em todas as circunstâncias, nem uma instância a que se possa válida em todas as situações (FEYERABEND, 1977, p.279).

A desarticulação justifica-se por seu caráter novo, de envolvimento de campos disciplinares que não são articulados. Afinal, “a teoria está repleta de imperfeições. Pode, não obstante, ser trabalhada e aperfeiçoar-se” (FEYERABEND, 1977, p.288).

Adota-se a pesquisa qualitativa como estratégia sistemática e empírica para responder questionamentos sobre os indivíduos em um contexto social abrangente (LOCKE *et alli*, 1993). Para King (1995), a pesquisa qualitativa é mais apropriada para os casos em que o foco de estudo é o significado de um fenômeno particular para os participantes. Deve-se considerar que, na pesquisa qualitativa, as questões iniciais freqüentemente vêm da observação do mundo, seus dilemas e questionamentos e emergem da experiência direta

do pesquisador, das teorias com as quais está envolvido e de seus interesses acadêmicos (Marshall, 1995).

A construção teórica parte do estudo de objetos presente. Analisam-se três localidades que apresentam roteiros de visitação com apelo baseado na migração italiana. Espera-se que o entendimento como contexto total e seus significados sejam objetivos na análise qualitativa (Locke *et al*, 1993). Compreendem-se os fenômenos a partir da visão dos participantes, fornecendo a possibilidade de obtenção de informações sobre as experiências individuais e pessoais dos pesquisados.

Formação e identificação do objeto cultural para visitação

As formas urbanas e arquitetônicas engendram na dinâmica da visitação, definindo, e re-configurando, objetos. Suas ideologias, limitações e oportunidades das técnicas, naturezas e condições diversas são as condições que definem o atrativo cultural dos roteiros de visitação da Serra Gaúcha.

A região da Serra Gaúcha foi definida por sua formação de ocupação por imigrantes, predominantemente, italiana. Assim, Antônio Prado, Flores da Cunha e Bento Gonçalves apresentam atrativos de visitação turística com tal apelo. Nesses municípios, a memória italiana, da imigração, reproduz material e imaterial. A uva e o vinho destacam-se como patrimônio desse povo. Antônio Prado se caracteriza por possuir um amplo acervo urbano reconhecido como patrimônio nacional. Flores da Cunha e Bento Gonçalves destacam-se na produção do vinho.

Tais condições remetem, a saber, que os assentamentos humanos têm suas expressões e realizações, definindo o lugar. Essas transformam o espaço físico em lugar, território ou lar. Esses espaços estão integrados em modos de vida diversos e ganham, por isso, significados particulares.

O interesse pela “defesa do passado” conjuga-se, a meu ver, com a construção do ambiente (lugar e território) onde se desenvolvem modos de vida diferenciados, muitas vezes contraditórios entre si. Por essa razão, esse processo se estrutura em torno de intensa competição e luta política em que grupos sociais diferentes disputam, por um lado, espaços e recursos naturais e, por outro (o que é indissociável disso), concepções ou modos particulares de se apropriarem simbólica e economicamente deles (ARANTES, 1984, p.9)

As configurações físico-territoriais da cultura são verificadas facilmente como testemunhas de sua produção, apropriação, sua história de lutas passadas. Estabelecem-se “marcos físicos (monumentos, museus, exposições, comemorações) que facilitam sua perpetuação na memória popular” (DURHAM, 1984, p.33).

A constituição do bem cultural perpassa inúmeras condições. Os interesses econômicos, normalmente em jogo, reforçam diversos valores. Porém, muitas pessoas não compreendem sua possibilidade de inserção na indústria cultural, considerando ociosas ou antieconômicas as construções antigas (ARANTES, 1984, p.7). Sua valoração econômica torna-se fundamental no reconhecimento pelo lucro que se pode vislumbrar na reutilização de modo mais intensivo. Realiza-se:

(...) defesa e valorização (social e comercial) de áreas que vão sendo preservadas e, gradativamente, incorporadas (ou, às vezes, reincorporadas) às faixas mais altas do mercado, recebendo população de classe média e alta como residentes, veranistas ou turistas eventuais (ARANTES, 1984, p.8).

Sua valorização parte de duas lógicas: Memorial e Institucional (ideológica). Adota-se o reconhecimento da memória como reconhecimento social. “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 1994, p.3). A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p.9). O passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte (BOSI, 1994, p.47-8). Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A história deve reproduzir-se de geração a geração (BOSI, 1994, p.48). Contudo, é preciso saber destacar que esse processo ocorre em diferentes escalas temporais e espaciais. Assim, a construção da identidade, da consciência política dependerá da forma pela qual se dá a citada apropriação.

Falar na apropriação do espaço é tratar de sua organização em diferentes escalas, que devem nos remeter tanto à memória do poder como, opostamente, à memória do trabalho. Assim, retomando a escala espacial na qual estamos inseridos, podemos dizer que, ao preservarmos os espaços de uma localidade e também as escalas temporais, estabelecemos valores relativos a espaço e tempo, sem o qual não há como se fundamentar os projetos (REIS FILHO, 1992, p. 167-168).

Destaca-se nessa relação o sujeito social, participante da sociedade compreendida nas mudanças que interage no papel de elaborador da memória social, vendo e participando dos imaginários que definem essas representações históricas. Destacando a memória como “elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p.469).

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. (HALBWACHS, 1990, p.81-2)

Porém, a memória não se retrata ingenuamente. Dela, elaboram-se valores representacionais sócio-espaciais. Condição que adquire formulações e estruturas físico-territoriais como em percursos culturais e diversas formas de materialização espacial. Reforça-se definindo um campo visual. Elaborase, nessa condição, a Paisagem Cultural (FONSECA, 2005, p.16) como substrato de todo essa.

A Paisagem Cultural se estabelece por um estatuto que envolve valores físicos e culturais (ambiente e sociedade). Além disso, “as paisagens culturais podem reforçar, nas pessoas, o senso de identidade e de pertencer a um determinado território” (STIGLIANO, 2009, p.184). Assim, explica-se “como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O

lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (HALBWACHS, 1990, p.133).

Embora, existam poucos estudos do “processo de seleção e de valorização de bens para integrarem o patrimônio histórico e artístico nacional” (FONSECA, 2005, p.30), esse se baseia em dois modelos de política de preservação. Denominam-se modelo inglês e francês. O primeiro volta-se para o culto ao passado e para a valorização ético-estética dos monumentos. Já o francês alicerça no interesse do Estado de alicerçar suas necessidades políticas.

Por tal panorama, “duas teorias distintas e conflitantes sobre a conservação de monumentos históricos foram elaboradas, no século XIX, respectivamente, na França e na Inglaterra: a de John Ruskin e a de Viollet-le-Duc” (FONSECA, 2005, p.62).

Na proposta de John Ruskin, “tudo que é manifestação do esforço humano deve ser objeto de reverência” (FONSECA, 2005, p.63). A proposta de Viollet-le-Duc busca o reconhecimento de valores técnicos, estilísticos e pragmáticos. Essa abordagem foi criticada na Carta de Veneza, e há algumas décadas, novos parâmetros foram agregados à lógica patrimonial. Tal condição possibilitou uma política de conservação e re-restauração: a adequação a um consumo cultural de massa (FONSECA, 2005).

Análise das localidades: uma formulação prática

Observam-se três pontos referenciais da colonização da migração italiana na região da Serra Gaúcha. Assim, busca-se compreender os valores apresentados ao visitante quanto aos aspectos arquitetônicos e culturais. Foram estudados os roteiros do Vale dos Vinhedos, Caminhos da Colônia e o centro histórico de Antônio Prado, todos localizados na área do nordeste do estado do Rio Grande do Sul.

O Vale dos Vinhedos é parte da região vitivinícola localizada nas cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo. Caracterizada pelo turismo gastronômico e por suas paisagens naturais, o vale foi cenário da imigração italiana em meados de 1875, vindos em sua maioria da região de Trento e Vêneto. Nele reúne um universo de características que o distingue dos demais. Gerações se passaram e o legado histórico e cultural deixado pelos primeiros moradores está presente até hoje, nos costumes, no dialeto Vêneto, nas paisagens, e, principalmente, no cultivo da videira e na produção de vinhos.

Nota-se que até aproximadamente a década de 1980, a população local produzia vinho apenas para o consumo familiar. A uva era vendida para grandes vinícolas da região. Esta realidade foi modificada em função da queda de comercialização de vinhos, o que forçou os vitivinicultores a produzir e vender seu próprio vinho, aumentando a possibilidade de lucro. Para alcançar o objetivo de atender às exigências legais de indicação geográfica, em 1995, seis vinícolas associaram-se. Assim foi criada a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos - APROVALE.

Atualmente, o Vale dos Vinhedos caracteriza-se como roteiro cultural com referência à memória da colonização italiana. Condição que possibilita a manutenção de identidades e tradições ligadas ao cultivo da uva. Faz-se uma articulação entre o passado e o presente que possibilita ao visitante o contato com o legado cultural e arquitetônico, e o cultivado de hoje. Retrata-se sua apreciação e conhecimento na forma de museu a céu aberto.

Outro roteiro analisado foi o Caminhos da Colônia. O trajeto inicia-se em Caxias do Sul. No município de Flores da Cunha, atravessa a comunidade de Santa Justina de Otávio Rocha. O percurso com 35 quilômetros de extensão caracteriza-se por seu valor cênico. Nele, a organização das propriedades das famílias rurais, reflete a sua história. Observa-se que a maior parte das residências apresenta a tipologia de dois pavimentos: cantina, que hoje tem a função de depósito, e a própria moradia. As famílias vivem, principalmente, do cultivo da uva, e da produção de vinhos. O local foi dividido em glebas chamadas de linhas ou de travessões com traçado retangular. Independente da topografia da região. Seu processo de assentamento tem início com a edificação de barracões, construídos de tabuas de pinho lascadas. Neles, os imigrantes eram abrigados precariamente até definirem-se na escolha do lote rural. No percurso, observa-se a conservação das características culturais da migração.

Na arquitetura da região é possível perceber que, muitas vezes, as linhas ou travessões têm o nome de santos, herança da fé dos imigrantes (BERTUZZI, 1987). A forma de distribuição e ocupação dos lotes colocou o colono, em um isolamento físico, reduzindo as trocas sociais que já faziam parte de sua cultura. Estas trocas eram possíveis quando se dirigiam ao comércio, ao moinho ou à capela aos domingos. A importância da capela para o imigrante fica expressa na construção em todos os travessões. Verificam-se poucos exemplares das primeiras, construídas em madeira.

Finalmente estuda-se Antônio Prado. Nessa localidade, em 1886, os primeiros italianos se instalam, dedicando-se à pequena agricultura. Seu nome é uma homenagem ao conselheiro Antônio da Silva Prado, idealizador da imigração italiana no Brasil.

A cidade possui o maior e o mais completo conjunto arquitetônico da colonização italiana com 48 imóveis do centro urbano tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde a década de 1980. Acredita-se que o aproveitamento dos patrimônios culturais e naturais para a atividade do turismo pode ajudar na salvaguarda do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Município de Antônio Prado. Adequando ao consumo turístico como meio de aproveitar os benefícios que essa atividade oferece não apenas econômicos, mas também socioculturais e ambientais. Esse conjunto requer cuidados especiais pelas características construtivas das casas (a maioria de madeira). Os custos de restauração são consideráveis para as condições sócio-econômicas locais. Nota-se que não há uma relação de valores agregados que incentive a manutenção e reprodução cultural de seu legado. Indigna os moradores, ao reforçarem que os custos de manutenção superam aos da construção de uma nova moradia.

O patrimônio encontra sentido na sua preservação, quando reflete em melhoria para a população local. Essas condições relacionam-se com a manutenção de suas identidades para as futuras gerações. Contudo, esse legado precisa mais do que conservação: precisa de zelo para a sua

salvaguarda, ou seja, identificar, proteger, conservar, reabilitar, manter e requalificar os conjuntos históricos ou tradicionais e seus entornos.

Por fim pode-se dizer que, quanto mais a comunidade se beneficiar com o turismo, mais os residentes se sentirão motivados a proteger os patrimônios naturais, a herança cultural, e apoiará as atividades de visitação, pois é a partir delas que se estabelecem os atrativos locais para os visitantes. Entretanto, esta condição pouco se desenvolve em Antônio Prado.

Considerações finais

Os roteiros turísticos refletem uma nova perspectiva de visitação e compreensão cultural a partir das percepções do turista em contato com a representação memorial da cultura italiana na região serrana do Rio Grande do Sul.

As localidades analisadas são hoje sínteses da relação entre a identidade cultural transplantada do continente europeu com a de décadas de sua reprodução desses como imigrantes. Suas características, trazidas da Itália, e implantadas na Serra Gaúcha, forma no Brasil uma região representativamente típica da imigração européia.

Embora não tenha sido objeto de estudo a análise das perspectivas rurais, com suas paisagens naturais e agrárias e das perspectivas urbanas, com as construções e os planejamentos de acordo com a arquitetura e a organização urbana italiana, o trabalho referencia claramente por essa distinta lógica. Condição que atualmente distingue oportunidades de reprodução do legado migratório.

Nos roteiros do Vale dos Vinhedos e do Caminhos da Colônia, podem ser definidos como roteiros rurais. Neles, apesar de muitas vezes terem uma ameaça da expansão urbana, apresentam um maior apelo na valorização das suas identidades. Essa condição é constatada quando se torna perceptível a necessidade de expor suas manifestações e formas culturais. Assim, explora-se a história da colonização e seus legados vividos nas respectivas regiões através da influência da migração italiana. Antônio Prado posiciona-se no contexto brasileiro, como referência cultural e arquitetônica da colonização da migração italiana. Entretanto, nela não se tem bem definida sua relação como objeto memorial. O uso patrimonial como para visitação é confuso. Desta forma, a cidade não explora ou utiliza dessa condição como meio para introduzir a prática do turismo.

Todas as localidades envolvidas como objeto de pesquisa se posicionam como museus memoriais da migração italiana na Serra Gaúcha. Porém entre elas são percebidas muitas distinções na utilização e valorização do patrimônio. A principal variação é a maneira como essas três localidades se apropriam das características do processo de colonização como objeto para a prática de visitação. Todos os roteiros fazem parte da colonização italiana, porém não são todos que expõem sua história. A representação e exposição de seus valores simbólicos ainda presentes são apresentados de formas difusas.

REFERÊNCIAS:

- ARANTES, Antonio Augusto. Prefácio. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o Passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. Brasiliense: São Paulo, 1984. p. 7-10.
- BERTUZZI, Paulo Iroquez. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Günter (Org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 121-154.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ed. (Introdução Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 2003
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. Texto II. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o Passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. Brasiliense: São Paulo, 1984. p. 23-58
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. Studio Nobel e SESC, São Paulo: 1997.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento**. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro: 1977.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. 2ed. EdUFRJ, Minc, Iphan, Rio de Janeiro: 2005.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- KING, N. The Qualitative Research Interview. In: CASSEL, C.; SYMON, G. (ed.). **Qualitative Methods in Organizational Research, a Practice Guide**. Londres: Sage Publications, 1995.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.
- LOCKE, L. F.; SPIRDUSO, W. W.; SILVERMAN, S. J. **Proposals that Work, A Guide for Planning Dissertations and Grant Proposals**. California, EUA: Sage Publications, 1993, 3ª ed.
- MARSHALL, C. & ROSSMAN, G. B. **Designing Qualitative Research**. California, EUA: Sage Publications, 1995, 2ª ed.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção. In. São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.
- STIGLIANO, B.V. Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila ferroviária de Paranapiacaba, S.P. Tese (Doutorado) em Ciência Ambiental - PROCAM. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.